

Críticas de Righi surpreendem PMDB

12 JUN 1985

BRÁSILIA
AGÊNCIA ESTADO

Surpreso e incrédulo, o presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, não acreditou nas informações que lhe foram prestadas ontem, pelos jornalistas, de que o líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), o havia acusado e a outros líderes do PMDB de estar tentando desestabilizar o governo Sarney, com a rejeição de sua emenda, hoje, no Congresso.

Segundo o líder petebista, os dirigentes do PMDB — ele citou nominalmente Ulysses Guimarães e Humberto Lucena — querem a rejeição de sua proposta de emenda constitucional, transformando o futuro Congresso em Assembleia Constituinte, para patrocinarem subemenda à emenda Sarney, com o objetivo de reabrir o debate em torno de eleições presidenciais diretas em 15 de novembro de 1986.

O deputado Ulysses Guimarães considerou improcedentes as alegações de Gastone Righi, lembrando que o PMDB e o PFL, na Aliança

Democrática, têm compromisso de apoiar a proposta, atribuindo à Assembleia Constituinte a fixação da data da eleição do sucessor do presidente Sarney. "Vamos honrar nossos compromissos" — observou o presidente do PMDB, confirmando a preferência pelo mandato de quatro anos — com eleição presidencial em 1988.

Ulysses deixou claro que, se houver proposta de emenda fixando eleições presidenciais em 88, "não haveria quorum para aprovar".

Da mesma forma que o presidente da Câmara, os líderes governistas Humberto Lucena e Pimenta da Veiga não deram crédito às declarações de Righi. Pimenta da Veiga reafirmou que a Aliança Democrática defende a tese de que só a Constituinte poderá fixar duração de mandatos e, no caso do presidente, qualquer proposta de reduzir agora seu período no Planalto seria uma tentativa de desestabilizar o regime democrático. Pimenta da Veiga também manifestou preferência pelo mandato de quatro anos do presidente.

O líder do PDT, Nadir Rossetti (RS), lembrou que há proposta de emenda constitucional já formalizada pelos malufistas, assinada pelo deputado Ludgero Raulino (PDS-RN), estabelecendo eleição presidencial em 15 de novembro do próximo ano. Rossetti admitiu que, apresentada a emenda de convocação de eleições para a Constituinte a 15 de novembro de 1986, "certamente surgiriam subemendas fixando também nessa data a eleição de presidente da República", de iniciativa do PDT e do PTB, pelo menos, com o apoio do PDS. Mas sem o apoio do PMDB e do PFL nenhuma emenda à Constituinte teria êxito.

Já o presidente do PT, Luís Ignácio Lula da Silva, entregou ontem aos presidentes da Câmara, Ulysses

Guimarães, e do Senado, José Fregelli, cópias da emenda constitucional que será apresentada por seu partido, convocando eleições em todo o País em 1º de março de 1986, para a composição da Assembleia Nacional Constituinte.

A emenda dispõe que poderão concorrer à eleição os candidatos dos partidos políticos que obtiverem registro até a data das convenções partidárias; proíbe a propaganda eleitoral paga em rádio, televisão, revistas e jornais, e determina que esta deverá ser feita por rádio e televisão, em horário gratuito, distribuído igualmente entre todos os partidos. Luís Ignácio argumentou que, se o presidente José Sarney deseja efetivamente um pacto político, a Constituinte é lugar certo para isso.

ANC 88
Pasta Jun/85
059/1985